

PROVA DISCURSIVA

(Grupo de Conteúdos I)

- **Direito Constitucional**
- **Direito Administrativo**
- **Direito Eleitoral**

1ª Questão: Analise a seguinte situação-problema:

No dia 12.02.2008, um policial militar, que estava de folga e usando trajes civis, presenciou um indivíduo portando um revólver e tentando roubar uma mulher em via pública. De imediato, o policial sacou uma pistola da Polícia Militar, que portava na cintura, se identificou como policial e ordenou que o assaltante cessasse a ação delituosa. O assaltante não atendeu à ordem e efetuou um disparo contra o policial, que, por sua vez, deflagrou um projétil de arma de fogo que atingiu acidentalmente a vítima do assalto, levando-a a óbito. Passados exatos 4 (quatro) anos do trágico episódio, a menor A. S. S., de 17 (dezesete) anos de idade, filha da vítima do assalto, devidamente representada pelo seu genitor, ingressou com uma ação ordinária de reparação de danos contra o Estado, na Vara da Fazenda Pública, deduzindo a pretensão de indenização por danos materiais e morais decorrentes do homicídio cometido pelo policial militar. Em sede de contestação, o Estado, por meio dos seus procuradores, suscitou a ocorrência da prescrição, invocando o decurso do prazo prescricional de 3 (três) anos previsto no art. 206, §3º, inciso V, do Código Civil. No mérito, alegou que não há responsabilidade estatal no caso sob os seguintes argumentos: 1) a conduta é imputável apenas ao policial, que estava de folga e utilizando indevidamente uma arma de fogo da Polícia Militar, não havendo oficialidade na sua atuação; 2) o policial agiu em legítima defesa e tudo não passou de uma fatalidade; e 3) o miliciano já foi punido em processo administrativo disciplinar pelo porte indevido da arma de fogo, de forma que o Estado teria adotado as providências legais cabíveis.

Considere que as provas produzidas na audiência de instrução demonstraram a ocorrência do fato e das suas circunstâncias, bem como dos danos alegados pela menor, tal como expostas acima, e elabore um parecer conclusivo sobre a demanda na condição de promotor de Justiça.

VALOR – 40 pontos

Discorra em até 100(cem) linhas.

2ª Questão: Discorra sobre as modalidades de regulamento administrativo no direito brasileiro e faça uma correlação deste tema com a problemática do denominado “princípio da reserva de administração”.

VALOR – 20 pontos

Discorra em até 40(quarenta) linhas.

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE PROMOTOR DE
JUSTIÇA SUBSTITUTO DO ESTADO DA BAHIA - EDITAL 2014**

3ª Questão: *“Uma observação percutiente da vida constitucional dos Estados evidencia que as constituições sofrem mudanças além daquelas previstas formalmente. Significa que não é apenas por meio de reforma constitucional que as constituições se modificam, para aderir às exigências sociais, políticas, econômicas, jurídicas do Estado e da comunidade”* (BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 435).

“O art. 52, X, da Carta Magna sofreu mutação constitucional? (...). Na jurisprudência do Supremo, a matéria foi discutida no bojo da Reclamação 4.335-5/AC, relatada pelo mencionado Min. Gilmar Mendes” (BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de Direito Constitucional*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 229).

Constituição Federal/88 – “Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

(...)

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

(...)”.

Diante do contexto doutrinário e da norma acima destacados, disserte **objetiva** e **especificamente** sobre:

- a) **Conceito** de *mutação constitucional*. (02 pontos)
- b) **Características** da *mutação constitucional*. (02 pontos)
- c) **Campo de aplicação do art. 52, X, da Constituição brasileira**. (modelo de controle de constitucionalidade incidente nesta seara – 01 ponto)
- d) **Controvérsia sobre a temática discutida na Reclamação 4.335-5/AC, relator Min. Gilmar Mendes**. (13 pontos)

OBS: A pontuação relativa à estrutura gramatical totaliza 02 pontos.

VALOR TOTAL – 20 pontos

Discorra em até 40(quarenta) linhas.

4ª Questão: *“A dignidade da pessoa humana é o valor e o princípio que move o processo civilizatório em múltiplas dimensões”* (BARROSO, Luís Roberto. *O novo Direito Constitucional brasileiro – contribuições para a construção teórica e prática da jurisdição constitucional no Brasil*. 1ª reimpressão, Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013, p. 339).

Observe, com atenção, a hipótese abaixo:

Determinada gestante maior e capaz ingressa com demanda judicial requerendo a autorização do Poder Judiciário para efetivar a interrupção da gestação, tendo em vista que o feto sofre de deficiência psíquica grave. A demanda tem processamento célere e a instrução processual (prova pericial médica) revela que: 1) a gravidez é viável (ausência de risco de morte para o feto); 2) inexistente risco à incolumidade física da gestante; e 3) a enfermidade é irreversível e comprometerá severamente as funções cognitivas do nascituro, de modo que este necessitará permanentemente de auxílio material dos pais e de terceiros (exemplo: médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, etc.). Para fundamentar o seu pedido, a gestante alega: a) violação ao princípio da dignidade da pessoa humana; b) direito à sua integridade psicológica (saúde mental); c) ofensa à autonomia da vontade; d) vulneração aos princípios da legalidade e liberdade; e) necessidade de se efetivar interpretação dos artigos 124, 126, caput, e 128, I e II do Código Penal conforme a Constituição Federal de 1988; f) atipicidade da conduta; e, por fim, g) necessidade de se respeitar o direito reprodutivo (liberdade reprodutiva) da mulher.

Diante do quadro fático acima destacado e do ordenamento jurídico pátrio atual, manifeste-se, de **forma objetiva**, em termos **estritamente jurídicos**, acerca do(a):

- a) **Enquadramento jurídico** que deve ser delineado na situação ventilada. Justifique. (04 pontos)
- b) **(Im)possibilidade de interrupção prematura da gestação**, com a necessária fundamentação. (14 pontos)

OBS: A pontuação relativa à estrutura gramatical totaliza 02 pontos.

Não se faz necessária a formatação de um modelo de “Parecer”, devendo o(a) candidato(a) se restringir ao aspecto meritório (direito material) que envolve a temática em análise.

VALOR TOTAL – 20 pontos

Discorra em até 40(quarenta) linhas.